

Texto 1

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, afirma, em seu artigo 62, que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena”. Decorridos mais de dez anos após a aprovação da lei, essa não é a realidade encontrada. Sobretudo nos estados sem grande tradição universitária, qualquer pesquisa consegue registrar pessoas não-habilitadas exercendo funções docentes. Não é também motivo de espanto o fato de alunos do Ensino Médio terem aulas com um professor cuja escolarização não ultrapassa aquele grau de ensino.

Essas constatações inquietaram a professora Maria José de Pinho, que, com perseverança e rigor metodológico, levantou ela própria dados sobre a grave situação vivida pela Educação no Estado do Tocantins. Para isso, além de mapear os principais programas de formação desenvolvidos nas últimas décadas, entrevistou agentes educacionais (secretários e ex-secretários da Educação, dirigentes sindicais, presidentes de conselhos e figuras do mundo acadêmico), para que eles pudessem expor suas percepções do problema e suas análises das políticas de formação de professores até então implementadas.

Com base nesse quadro, delineado com os dados objetivos e também com as análises coletadas e desenvolvidas, a autora defende que, apesar dos sucessivos programas de formação de professores – na maioria das vezes, fragmentados e setorizados –, não se pode falar ainda em políticas concretas de profissionalização docente. As tentativas de formação já implementadas têm se revelado incapazes de preparar, de fato, os professores para sua atuação docente. Ou pelo modo de estruturação didática dos cursos ofertados ou por seu desenvolvimento desacompanhados de um conjunto de outras medidas necessárias à valorização profissional, eles não têm conseguido se refletir de modo positivo na constituição da identidade profissional do professor.

Texto 2

Iria Brezezinski

POR QUE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: INTENÇÃO E REALIDADE COMO TEMA?

No momento em que a pesquisa de Maria José do Pinho vem a público, em forma de livro, e em que me cabe a honra de elaborar o “começo do discurso” – como explicitam os dicionários acerca do significado do termo “prefácio” –, seria muito arrogante de minha parte pretender iniciar o discurso sobre formação de professores, uma vez que as primeiras discussões sobre o tema se confundem com o início da humanidade. Essa humanidade que se mantém, até nossos dias, plena de relações pedagógicas, em razão do fato de que os homens, segundo Marx, se educam entre si quando integram um grupo social de qualquer porte ou dimensão.

Ao aceitar essa máxima, entendo que todos os homens são educados por todos e que as relações de formação entre eles estão sempre envolvidas em um espaço social e em um tempo histórico. Desse modo, modestamente, começo o discurso sobre o tema que Maria José desenvolveu, com muita competência científica, política e pedagógica, nesta obra relevante para a área de formação de profes-sores, para os educadores brasileiros e, particularmente, para os professores do Estado do Tocantins, para os quais as lentes da autora se direcionam.

É verdade que todos se educam em sociedade, porque o ho-mem é um ser político. Todavia, a complexidade sociocultural da socie-dade e das instituições educacionais contemporâneas exige, cada vez mais, um profissional da educação formado com a intenção de atuar não só no ensino, mas também em todas as atividades que envolvem o compromisso de ser professor. Ser professor, em qualquer nível ou modalidade de ensino, requer uma identidade profissional que se revela, em especial, no domínio do conhecimento específico da sua área, dos saberes pedagógicos, dos saberes culturais, interdis-ciplinares e políticos – tudo isso em uma perspectiva de totalidade. Com essa identidade, o professor torna-se um profissional dotado das

capacidades, entre tantas outras, de produzir conhecimento sobre o seu próprio trabalho, de duvidar das suas certezas e, acima de tudo, de atuar no processo constitutivo da cidadania de quem aprende, seja ele criança, jovem ou adulto.

Na minha concepção, é essa intenção de ser professor – na condição de portador desse conjunto de domínios de saberes – que Maria José busca ao analisar os projetos desenvolvidos para a formação de professores no Estado do Tocantins, tomando como referencial a visão dos agentes educacionais sobre o assunto. Ao mesmo tempo, ela desnuda a realidade das políticas de formação.

Com prudência, a autora trilha esse caminho somente depois de: (a) contextualizar as políticas educacionais derivadas do modelo neoliberal hegemônico, que assola as sociedades capitalistas, bem como da revolução tecnológica da informação e da comunicação; (b) historiar a criação do Estado do Tocantins; e (c) apresentar dados educacionais.

Sabe-se que o modelo hegemônico neoliberal se fundamenta em diversas premissas, entre as quais – a meu ver – a mais evidente é a de que tudo é para o capital, muito pouco ou nada para o social. É esse modelo, portanto, que como arauto de mudanças, emerge como parâmetro balizador da refuncionalização do Estado brasileiro em Estado mínimo, sobretudo a partir do terceiro quartel do século XX, atingindo fulcralmente as políticas educacionais, tanto em nosso país como no continente latino-americano.

Esse poderoso modelo, que penetrou com uma capilaridade – conforme Foucault – nunca antes experimentada em todas as esferas da sociedade brasileira, institui para a formação de professores um projeto centrado no desenvolvimento de competências para o exercício técnico-profissional, que consiste, pois, em uma formação prática, simplista e prescritiva, baseada no saber fazer para o aprendizado do que vai ensinar. Esse perfil profissional é caracterizado pela aceitação de competência como princípio norteador para a definição das políticas dos cursos de formação dos professores que vão atuar na Educação Básica.

Em contraposição, a identidade profissional do professor, ensejada pelos movimentos sociais de educadores, constrói-se como parte de um projeto de sociedade que se fundamenta na concepção sócio-histórica e que tem como paradigma educacional as relações entre cultura, sociedade e educação. Esse paradigma leva em conta não só as transformações sociais, mas também as das forças produtivas e as do mundo do trabalho, transformações que dialeticamente provocam mudanças no papel social atribuído ao professor. Diante da adoção desse paradigma, a formação do profissional em educação, para atuar na Educação Básica, é entendida como um processo marcado pela complexidade do conhecimento, pela crítica, pela reflexão-ação e pela criatividade. Esse processo procura responder muito mais à função social de ser, sentir-se e assumir-se professor e de ser valorizado como profissional do que a de dar respostas imediatas a fim de atingir um perfil de simples transmissor de conteúdos, o que apenas lhe permitirá ocupar mais um posto de trabalho – quando disponível – regulado pelo mercado.

O desenho desses projetos de formação de professores surge nas críticas que Maria José faz ao longo de seu livro. De modo especial, no Capítulo 4, a autora examina não só os projetos de formação inicial dos professores – que, apesar de não-habilitados, atuam no sistema educacional do Estado do Tocantins –, mas também as políticas educacionais lá implementadas com o objetivo de reverter esse quadro. Maria José revela dados que comprovam a existência, ainda no ano de 2002, de 66,8% de professores em exercício no Ensino Fundamental e de 50,1% no Ensino Médio sem formação compatível para tal, ainda que o ciclo de formação em Regime Especial tenha iniciado em 1998. É preciso ressaltar que as novas alternativas de formação são denominadas Regime Especial porque não seguem os procedimentos curriculares e metodológicos dos cursos superiores regulares. Para o primeiro vestibular, nessa nova modalidade de formação, foram disponibilizadas 360 vagas, distribuídas entre os cursos de Licenciatura em Matemática, Letras, Biologia, História, Geografia e Pedagogia. Seguiram-se a essa realização muitas outras registradas pela autora, sinalizando a adoção de modalidades de cursos presenciais e a distância.

Maria José analisa também as iniciativas de capacitação de professores em exercício, em nível médio, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, realizadas, desde 1999, com recursos

financeiros advindos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério (Fundef).

Em suas considerações finais, a autora configura um quadro pouco alentador no que tange à formação de professores com a qualidade necessária para enfrentar os desafios de uma escola que deve, a meu ver, priorizar a formação da capacidade crítica das crianças, jovens e adultos, de forma a levá-los a repensar o pensamento, a “des-saber” o sabido e a duvidar de sua própria dúvida, como nos alerta Morin, ao mencionar Juan de Mairena. Essa escola, certamente, ainda está por se construir, pois ela exige, no mínimo, professores muito bem qualificados para assegurar aos seus alunos o direito de se forjarem cidadãos conscientes e críticos.

Enfim, neste prefácio, tentei revelar, baseando-me no livro de Maria José, alguns “porquês” da temática de um trabalho que relaciona a intenção com a realidade das políticas de formação de professores. O real significado do tema, porém, só poderá ser alcançado com a leitura desta obra.

Texto 3

Os Editores

Num momento em que as últimas avaliações da educação brasileira indicam uma situação de retrocesso no que diz respeito aos resultados de aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental e Médio, é necessário aprofundar as discussões acerca da formação de professores, considerada pelos analistas como uma das dimensões, entre várias outras, responsáveis pela precariedade dessa situação. É o que faz a autora nesse livro, ao examinar minuciosamente os projetos de formação docente implementados no Estado do Tocantins nas últimas décadas, com o declarado propósito de reverter o quadro assustador da falta de qualificação dos professores em exercício da profissão. A análise feita revelou que as iniciativas de capacitação levadas a efeito, além de não terem sido acompanhadas das necessárias políticas de valorização docente, não conseguiram fazer com que os professores adquirissem eles próprios a capacidade reflexiva necessária a uma atuação didática mais eficiente. Ou seja, a formação inicial que vem sendo ofertada aos professores não logrou os resultados qualitativos esperados, sem os quais é impossível garantir aprendizagens adequadas aos alunos. Apesar das ações conjuntas realizadas pelo governo estadual e por muitas prefeituras municipais, em parceria com as Universidades locais, que vêm chancelando e implementando essas iniciativas de formação, inclusive com a prerrogativa de definição curricular, os resultados obtidos vêm sendo questionados em vários âmbitos, tanto em suas dimensões quantitativas quanto por seus resultados qualitativos. Uma expressão clara da pertinência desses questionamentos está na dificuldade que vários docentes formalmente habilitados nesses cursos superiores têm enfrentado na aprovação em concursos públicos para a rede pública de ensino. Embora tenha a autora pesquisado um universo específico, que é o de um estado não constituinte dos centros decisórios e econômicos do país, aqueles de maior poder de investimento e de maior tradição universitária, infelizmente, parece possível universalizar os resultados dessa pesquisa em várias de suas dimensões. Ou seja, é possível prever que os resultados de pesquisa semelhante não seriam diferentes, em vários outros estados do Brasil, sobretudo no que diz respeito à inadequação dos modelos curriculares utilizados na formação em serviço, à ausência de uma política de valorização da carreira consistente com os objetivos de melhoria da qualidade da educação, à nefasta sobrevivência de critérios político-partidários na indicação de profissionais da educação e, sobretudo, à falta de continuidade das políticas públicas implementadas na área.